



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

668

Quinta Câmara Cível

Apelações Cíveis nº 329941-4 e 329944-5- Ipojuca (Vara da Fazenda Pública e Marítimal)

Apelante: New Energy Options Geração de Energia S.A

Apelado: Suata - Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA: AÇÕES CAUTELAR E DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C PERDAS E DANOS. CONTRATO DE ARMAZENAGEM DE EQUIPAMENTOS IMPORTADOS. INCIDÊNCIA DE PARCELA "AD VALOREM" NA AVENÇA SOBRE A COBRANÇA DE ARMAZENAGEM. VALOR PREVIAMENTE ACERTADO E POR ISSO DEVIDO. VERIFICADA AVARIAS EM PARTE DOS EQUIPAMENTOS ARMAZENADOS. CONDENAÇÃO DA RÉ CONTRATADA AO RESSARCIMENTO PELO DANO MATERIAL OCORRIDO E CUJA QUANTIA DEVERÁ SER DEDUZIDA DA DÍVIDA PRINCIPAL. LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA PELA PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS. RECURSO. PROVIMENTO PARCIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. 1) Demonstrada nos autos a aquiescência da recorrente quanto à incidência da parcela "ad valorem" quando da contratação e armazenagem dos equipamentos de sua propriedade, não há que se falar em cobrança indevida pela inclusão dela nos cálculos da dívida apurada. 2) Não restou comprovado que a conduta da parte autora, durante a marcha processual, enquadre-se em quaisquer das hipóteses legais pelas quais se reputa a parte como litigante de má-fé. Além disso, é sabido que a boa-fé deve sempre ser presumida, enquanto que para a caracterização da má-fé exige-se a existência de provas ou fortes indícios. Logo, no ponto a decisão deve ser reformada, posto que não restou comprovado nos autos a intenção da recorrida em distorcer os fatos ou de praticar qualquer ato capaz de caracterizar que tenha ela litigado com má-fé. 3) Considerando o valor atribuído às causas (cautelar e principal), a complexidade das demandas e o trabalho desenvolvido pelos advogados e, tendo em vista os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, afigura-se elevada a condenação do recorrente ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 15% sobre o valor das duas demandas, configurando sua manutenção em enriquecimento sem causa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



669

Quinta Câmara Cível

Apelações Cíveis nº 329941-4 e 329944-5- Ipojuca (Vara da Fazenda Pública e Marítimal)

Apelante: New Energy Options Geração de Energia S.A

Apelado: Suata - Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão apelada às fls. 582/586 (3º volume).

Trata-se de apelação interposta contra sentença (una) proferida nas ações cautelar inominada e na declaratória de inexistência de dívida c/c perdas e danos, proposta por **New Energy Options Geração de Energia S.A**, ora apelante, contra **Suata - Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado**, ora apelado.

As demandas decorrem da contratação pela autora de espaço para armazenar em recinto alfandegado 10 contêineres contendo equipamentos destinados à instalação de parque de geração de energia eólica, pelo período de fevereiro e agosto de 2012.

Pretende a suplicante: 1) na ação cautelar: a) a liberação dos equipamentos de sua propriedade depositados nos armazéns da ré e b) a proibição da ré de efetuar protesto de títulos, cobranças, ou aplicar sansões com base nas notas fiscais emitidas; 2) na ação ordinária: a) a declaração de inexistência da suposta dívida de R\$ 2.909.029,26 (dois milhões novecentos e nove mil e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), reconhecendo a autora como devida a quantia de R\$ 314.775,00 (trezentos e catorze mil, setecentos e setenta e cinco reais) pelo serviço de armazenagem dos 10 contêineres entre fevereiro/agosto de 2012; b) a condenação da ré a pagar R\$ 459.627,41 a título de danos materiais (por avarias a equipamentos armazenados) e danos morais, c) condenação ao pagamento das custas e honorários do advogado.

Na sentença o magistrado julgou conjuntamente as duas ações, nestes termos:

"Posto isso, julgo IMPROCEDENTE o pedido cautelar, revogando a liminar concedida, sem prejuízo do depósito da caução, condenando a parte Autora no pagamento das custas, honorários advocatícios em 15% sobre o valor atribuído à causa, além de multa por litigância de má-fé (art. 14, inciso I c.c. art. 17, inciso II, ambos do CPC) arbitrada em 1% sobre o valor atribuído à causa em favor do Réu. Decorridos 10 dias da intimação das partes desta Sentença, expeça-se alvará em favor do Réu, liberando o depósito da caução, sem prejuízo da cobrança do saldo devedor por meio de ação direta (não houve reconvenção). JULGO PARCIALMENTE procedente o pedido formulado na inicial, condenando o Réu a pagar ao Autor a



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

670

quantia de R\$ 459.627,41, a título de danos materiais, que deverá ser abatido do valor devido pelo Autor ao Réu pelos serviços prestados de armazenagem, tudo conforme as notas fiscais emitidas, cuja legalidade aqui se reconhece. Condeno o Autor, diante da sua maior sucumbência, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15 % sobre o valor atribuído à causa. Por ter novamente falseado a verdade na ação principal, condeno o Autor em multa por litigância de má-fé (art. 14, inciso I c.c. art. 17, inciso II, ambos do CPC) arbitrada em 1% sobre o valor atribuído à causa em favor do Réu."

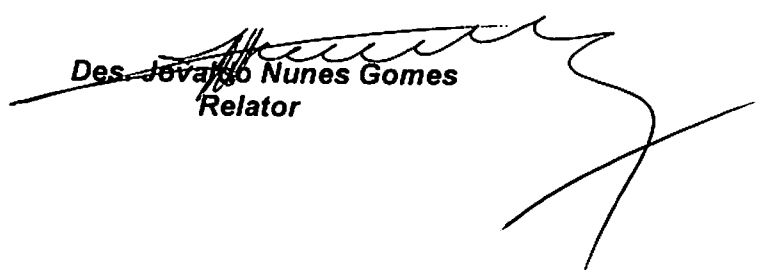
Inconformado, a Empresa demandante apelou (fls. 591/644) Arguiu Preliminar: Nulidade da Sentença por cerceamento de defesa (indeferimento de juntada de documentos) com o objetivo de que seja analisado o agravo retido interposto na audiência de instrução (às fls. 515/v), sob o argumento de que o indeferimento do pedido de "juntada de documentos importantes para o deslinde do feito" tolheu seu direito de defesa, motivo pelo qual a sentença deve ser anulada. No mérito, alegou que: 1) para a contratação da demandada considerou o segundo orçamento, no qual a empresa ré: a) teria diminuído o preço orçado anteriormente de R\$ 97.215,00 para R\$ 65.715,00 por 30 dias de armazenagem dos 10 contêineres, o que totalizaria R\$ 314.775,00 pelo período entre fevereiro/agosto de 2012 e b) não houve informação de que poderiam surgir "valores ad valorem", motivo pelo qual entende ilegítima a cobrança de R\$ R\$ 2.909.029,26 (dois milhões novecentos e nove mil e vinte e nove reais e vinte e seis centavos). 2) não houve litigância de má-fé de sua parte, pois aceitou a segunda proposta que lhe foi enviada pelo e-mail de fls. 116, a qual não contemplou valores "ad valorem"; 3) foi submetida a constrangimentos pela cobrança de valores que não foram ajustados, motivo pelo qual entende fazer *jus* a indenização por dano moral; 4) os honorários sucumbências arbitrados em 15% do valor da causa em cada ação (cautelar e ordinária) devem ser reduzidos porque são exorbitantes (aproximadamente R\$ 95.000,00). Ao final, pugnou pela concessão de efeito suspensivo ao apelo e, em não sendo declarada a nulidade da sentença, pela sua reforma e procedência dos pedidos.

Em contrarrazões, fls. 618/648, a apelada requereu a manutenção da decisão pelos seus próprios fundamentos.

É o relatório.

À Douta Revisão

Recife, 06 de maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



671

Quinta Câmara Cível

Apelações Cíveis nº 329941-4 e 329944-5- Ipojuca (Vara da Fazenda Pública e Marítimal)

Apelante: New Energy Options Geração de Energia S.A

Apelado: Suata - Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO - PRELIMINAR: AGRAVO RETIDO (Nulidade da Sentença por Cerceamento de Defesa - fl. 515, 3º volume)

Como visto, arguiu a apelante preliminar a fim de que seja apreciada a matéria trazida no agravo retido interposto em audiência (fl. 515 -3º volume). Esse recurso foi interposto contra decisão do juiz que indeferiu a juntada em audiência de documentos apresentados pela autora/apelante e que supostamente teria cerceado o direito de defesa da suplicante. Pede, por isso, a nulidade da sentença. Da decisão mencionada pinço (fl. 515):

"A respeito da juntada requerida pela parte autora, os fatos articulados na inicial vieram a este juízo com a distribuição ocorrida no dia 13/09/2012. Nesta ocasião segundo o art. 396 do CPC, compete a parte instruir a petição inicial com os documentos destinados a provar-lhes as alegações, os documentos em questão foram emitidos no dia 01/02/2011; 12/02/2011 e 28/02/2011, portando há mais de um ano antes da propositura da Ação. A juntada da prova documental a qualquer tempo, segundo o art. 397 do CPC, só é lícita quando se tratar de documentos novos, assim entendidos pelo próprio código quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos no autos. Por fim a demanda em questão deve ser analisada e decidida segundo a relação negocial tratada entre as partes e apenas esta e não das partes por terceiro. Indefiro a juntada dos documentos referidos."

A recorrente não rebateu os fundamentos da decisão, argumentou tão somente que os mencionados documentos eram importantes para o deslinde do feito.

Por outro lado, com acerto o juiz, fundamentou sua decisão na impossibilidade de juntada dos documentos por não se tratar de documentos novos (que surgiram no curso da demanda), os quais deveriam ter sido juntados com a inicial.

Ante o exposto voto no sentido de rejeitar a preliminar.

É como voto.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



672

Quinta Câmara Cível

Apelações Cíveis nº 329941-4 e 329944-5 – Ipojuca (Vara da Fazenda Pública e Marítimal)

Apelante: New Energy Options Geração de Energia S.A

Apelado: Suata – Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO – MÉRITO

A recorrente entende que a cobrança de R\$ 2.909.029,26 (dois milhões novecentos e nove mil e vinte e nove reais e vinte e seis centavos) realizada pela ré pelos serviços de armazenagem (de 10 contêineres pelo período de fevereiro a agosto de 2012) é indevida, porque foi incluído no cálculo (pela recorrida) parcela "ad valorem" que, segundo afirma, foi omitida quando da segunda negociação para contratação dos serviços, motivo pelo qual entende devida apenas a quantia de R\$ 314.775,00. Por achar indevida a cobrança, afirma que foi ilegítima a conduta da ré em condicionar a retirada dos equipamentos de sua propriedade – armazenados nas dependências da contratada – ao pagamento da mencionada quantia.

Pugnou pela reforma da sentença, a fim de que seja: a) declarada indevida a cobrança pela recorrida da quantia de R\$ 2.909.029,26 (dois milhões novecentos e nove mil e vinte e nove reais e vinte e seis centavos). Entende devida apenas a quantia de R\$ R\$ 314.775,00; b) condenada a ré ao pagamento de indenização por dano moral à apelante em face da suposta ilicitude na cobrança mencionada; c) declarada nula a sua condenação por litigância de má fé; d) em sendo negado os pedidos, diminuídos os honorários do advogado arbitrados em 15% sobre o valor de cada ação (aproximadamente R\$ 95.000,00); e) concedida liminar de efeito suspensivo ao presente apelo.

a) Quanto à legitimidade, ou não, da cobrança da parcela "ad valorem":

A "ad valorem", utilizada nas relações de comércio exterior, são deveres fixados em percentual do bem importado e sua incidência está relacionada aos custos, seguro e frete (CIF – *Cost, Insurance, and Freight*) desse bem, por isso o seu cálculo leva em consideração o valor da mercadoria.

Alega a apelante que ao contratar com a apelada considerou o segundo orçamento que lhe fora encaminhado por e-mail (fl. 116), no qual houve redução da quantia cobrada de R\$ 97.215,00 para R\$ 65.715,00 pela armazenagem de 10 contêineres por 30 dias e omissão a respeito da cobrança de quantia "ad valorem" que constava na primeira proposta (fl. 116).

Por outro lado, a recorrida afirma que a negociação para a contratação recaiu tão somente sobre o valor da armazenagem, pois a cobrança da parcela "ad valorem" é praxe no ramo de armazenagem e seu valor "somente poderia ser calculado a partir do registro da DI – Declaração de



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

673

Importação, procedimento que dá início ao despacho aduaneiro". Acrescenta que seria impossível o cálculo dessa quantia naquela oportunidade, posto que a "DI" apenas foi emitida em 15/03/2012 (fls. 435), portanto, posterior à última proposta encaminhada e aceita pela apelante em 27/01/2011 (fls. 116), motivo pelo qual a mencionada parcela não poderia ser objeto de negociação naquele momento posto que só em 15/03/2012 com a emissão da "DI" é que poderia ser calculada a quantia da mencionada parcela.

No ponto, assim se pronunciou o juiz:

"Em 27 de janeiro de 2012, às 11:08 h da manhã, representante da Autora manda correio eletrônico para a representante da Ré informando que o navio MV/HS BACH iria atracar no dia seguinte, trazendo consigo 10 contêineres com mercadorias da Autora. Com efeito, solicitou a Autora à Ré cotação de serviços de desova, armazenagem mensal de todo o conteúdo da carga (local seco, seguro e coberto com lona de plástico), o serviço de devolução dos contêineres ao armador, havendo previsão de armazenagem de aproximadamente 03 meses. Ato contínuo, naquele mesmo dia 27, às 14:48 h, a representante da Ré informa à representante da Autora a simulação dos custos, onde apresenta tabela detalhada, descrevendo: 1. valor armazenagem pátio; 2. valor armazenagem; 3. valor desova; 4. carregamento carga desovada; 5. entrega de vazio; 6. transferência; 7. taxa de risco; 8. handling in cheio; 9. handling out vazio. Além disso, consta expressamente no correio eletrônico a informação de que "Falta calcular ad valorem" (fls. 113). Às 15:35 h do dia 27, a representante da Ré remete novo correio eletrônico à Autora com a tabela informada anteriormente, mas com valores menores, sem incluir a informação de que faltaria calcular o "ad valorem" (fls. 116). Alguns minutos se passaram, pelo que às 16:05 h do dia 27, o representante da Autora agradece ao representante da Ré pela redução (provavelmente negociada por telefone, pois não há registro escrito) e afirma o seu "de acordo" (fls. 119). **Existe nos autos prova de que a Ré emitiu em abril de 2012 (fls. 148/149) nota fiscal que incluía descrição de valores devidos por serviços sob a rubrica "ad valorem". Em uma destas notas, o representante da Autora atesta que os itens do documento estão de acordo com o Pedido / Contrato (fls. 148).** Posteriormente, em maio de 2012, uma série de correspondências eletrônicas foram trocadas entre as partes, mas sempre discutindo os danos causados a três pás eólicas, sem haver questionamento a respeito da incidência do valor CIF na base de cálculo dos serviços. Em abril de 2012, já alcançando a quantia de R\$ 1.473.274,93 (fls. 155), as partes negociaram um desconto de 200 mil reais para as avarias, tendo a Ré proposto receber a quantia de R\$ 1.174.000,00, também descontada a armazenagem das pás avariadas. Segundo o email de fls. 160, datado de 14 de maio de 2012, às 19:06 h, o representante da Autora afirma que a negociação da redução do valor dos serviços (notas fiscais já emitidas) dizia respeito a abatimento decorrente das avarias nas pás, sem questionar a base de cálculo dos serviços pelo valor CIF, pelo que propunha um adiantamento da quantia de R\$ 500 mil reais enquanto as negociações não eram concluídas. Pelo que se depreende dos autos, entendo como provado o seguinte: 1. A parte Autora tinha prévia ciência de que o valor CIF (ad valorem) também incidiria no valor dos serviços prestados pela Ré. O primeiro email



674

fazia expressa referência a isso. Já o segundo email, com redução de valor da tabela específica, concedia apenas um desconto neste particular, sem alterar ou mencionar o valor devido "ad valorem", que ainda dependia de cálculo futuro. Mesmo após a emissão das notas fiscais com a descrição dos serviços "ad valorem", a parte Autora, segundo correspondências eletrônicas, questionava apenas os descontos pelos danos causados às pás eólicas, sem manifestar qualquer levante ou indignação contra os valores incidentes sobre o valor CIF. (destaquei)"

Não procede a alegação da recorrente. Como visto a parcela "ad valorem" é cobrada usualmente em contratos de armazenagem em recinto alfandegário, tendo o desconto solicitado pela autora recaído tão somente nos custos ordinários da empresa ré (itens 1/9 da sentença – sublinhados) e não sobre a quantia "ad valorem".

Ademais, a argumentação da recorrente de que a empresa recorrida teria omitido a cobrança de parcela "ad valorem" quando da apresentação do segundo orçamento não é plausível, porque restou comprovada sua anuência quanto à incidência dessa parcela (fls. 148/149).

Por outro lado, ainda que não constasse dos autos a aceitação da cláusula "ad valorem", o que não ocorreu, seria ilógico presumir que alguém isentaria a cobrança de parcela que tem como base de cálculo o valor dos bens a serem armazenados, principalmente, quando se sabe que eles (bens) são destinados à instalação de usina eólica e, portanto, de elevada monta.

Assim, entendo que, no ponto, a sentença deve ser mantida e em consequência, não há que se falar em direito à indenização por dano moral porque não existiu cobrança indevida pela recorrida.

b) Quanto à condenação da recorrente por litigância de má-fé:

O juiz entendeu que "a parte Autora, ao trazer discussão sobre fato que sabia ser inverídico - divergência entre a proposta e aceitação - incorreu em litigância de má-fé" e concluiu que "por ter novamente falseado a verdade na ação principal, condenou o Autor em multa por litigância de má-fé (art. 14, inciso I c.c. art. 17, inciso II, ambos do CPC) arbitrada em 1% sobre o valor atribuído à causa em favor do Réu".

Pelo que se depreende dos requerimentos formulados pela autora em toda a trajetória processual, ao menos até o presente momento, constata-se que não há elementos suficientes para comprovar que a mesma tenha agido com má-fé processual, ao ponto de lhes serem impostas as consequências/sanções previstas no Código de Processo Civil.

Como é sabido, para que se reconheça a litigância de má-fé, dentre outros aspectos, é necessário que a conduta da parte esteja inserida numa das hipóteses previstas nos incisos do art. 17, do CPC, que dispõe:

- "Reputa-se litigante de má-fé aquele que:
- I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
 - II - alterar a verdade dos fatos;



675

- III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;
- IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
- V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;
- VI - provocar incidentes manifestamente infundados.
- VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório."

Nesse sentido, veja-se o posicionamento do STJ:

"PROCESSUAL CIVIL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REQUISITOS PARA SUA CONFIGURAÇÃO. 1. Para a condenação em litigância de má-fé, faz-se necessário o preenchimento de três requisitos, quais sejam: que a conduta da parte se subsuma a uma das hipóteses taxativamente elencadas no art. 17, do CPC; que à parte tenha sido oferecida oportunidade de defesa (CF, art. 5º, LV); e que da sua conduta resulte prejuízo processual à parte adversa. 2. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido, para excluir do acórdão recorrido a condenação por litigância de má-fé." (REsp 250.781/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2000, DJ 19/06/2000 p. 120) (grifei)

Pelo que se depreende dos autos, não restou comprovado que a conduta da parte autora, durante a marcha processual, enquadre-se em quaisquer das hipóteses legais pelas quais se reputa a parte como litigante de má-fé e nem mesmo que tenha alterado a verdade dos fatos, como entendeu o Juiz sentenciante.

Além disso, é sabido que a boa-fé deve sempre ser presumida, enquanto que para a caracterização da má-fé exige-se a existência de provas ou fortes indícios. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ITCMD. VIOLAÇÃO AO ART. 535 NÃO CONFIGURADA. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REVISÃO DA VERBA HONORÁRIA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. 1. (...). 2. Quanto à aplicação da multa por litigância de má fé, a Corte local entendeu a má-fé processual não restou caracterizada. Cabe ressaltar, neste ponto que, 'para configuração da litigância de má-fé, deve estar presentes fortes indícios de atuação dolosa ou culposa da parte e prejuízo processual para a parte contrária. Neste particular há que se levar em consideração que a boa-fé se presume e a má-fé reclama prova ou fortes indícios' (fl. 213, e-STJ). Desse modo, a análise da controvérsia é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial.' 3. (...). 4. Agravo Regimental não provido." (AgRg no AREsp 461.653/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 15/04/2014) (grifei)

Logo, no ponto a decisão deve ser reformada, posto que não restou comprovado nos autos a intenção da recorrida em distorcer os fatos ou de praticar qualquer ato capaz de caracterizar que tenha ela litigado com má-fé.

c) Quanto ao pedido de redução da condenação dos honorários do advogado arbitrados em 15% sobre o valor de cada ação;



676

O juiz condenou a autora ao pagamento dos honorários do advogado da ré em 15% sobre o valor das duas causas (cautelar preparatória e principal). A autora/recorrente deu a cada "causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 314.775,00 (trezentos e catorze mil, setenta e cinco reais)", perfazendo, assim, honorários advocatícios em aproximadamente R\$ 94.432,50 (15% de R\$ 629.550,00 = 314.775,00 x 2).

Considerando o valor atribuído às causas (cautelar e principal – R\$ 314.775,00 cada), a complexidade delas e o trabalho dos advogados, afigura-se elevada a condenação do autor/recorrente ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 15% sobre o valor das duas demandas (R\$ 94.432,50), mormente por se tratar uma das ações de medida cautelar.

Assim, adotando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, voto no sentido de arbitrar os honorários em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na ação cautelar, e em 10% sobre o valor da causa (R\$ 31.477,50 – trinta e um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), na ação principal, o que faço com fundamento nos parágrafos 4º e 3º, do art. 20, do CPC, respectivamente.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto e do mais que dos autos consta, voto no sentido de DAR PROVIMENTO PARCIAL, a presente apelação para reformar a sentença e afastar a condenação por litigância de má-fé, bem como para reduzir os honorários advocatícios e arbitrá-los em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na ação cautelar, e em 10% sobre o valor da causa (R\$ 31.477,50 – trinta e um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), na ação principal.

É como voto.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



677

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÕES CÍVEIS N.º 329941-4 e 329944-5.

COMARCA: Ipojuca/PE - Vara da Fazenda Pública.

APELANTE: New Energy Options Geração de Energia S/A

APELADO: Suata Serviço Unificado de Armazenagem S/A

REVISOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO DE REVISÃO

Inicialmente, conheço dos recursos, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Como breve intróito ao presente *decisum*, cumpre destacar que se trata de Recursos de Apelação em que a parte Autora, ora Apelante, pretende a declaração de inexistência da dívida cobrada pela Ré/Apelada, decorrente da armazenagem de 10 containers, em virtude da incidência do valor CIF (custo, seguro e frete) sobre o valor das mercadorias, o que não teria sido objeto do contrato firmado entre as partes.

Cinge-se, assim, o debate, em analisar se houve, ou não, previsão contratual a respeito do CIF ou *ad valorem*, para que se possibilite a cobrança a esse respeito. Impende, ainda, verificar se há a ocorrência de danos morais em desfavor da Apelada, bem como se a Apelante incorreu em litigância de má-fé, tal como entendeu o juiz de piso.

No entanto, antes de adentrar ao mérito da lide, verifico que a parte Apelante arguiu, em sede de preliminar, a nulidade da sentença por cerceamento do direito de defesa, tendo em vista o indeferimento de juntada



678

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

de documentos durante a Audiência de Instrução, acostada às fls. 515/515-v, pelo que passo a analisá-la.

Com efeito, segundo dispõe o art. 396 do CPC, o momento processual adequado para juntada de documentos, pelo autor, é quando da propositura da ação, *in verbis*:

Art. 396. Compete à parte instruir a petição inicial (art. 283), ou a resposta (art. 297), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações.

Admite-se, contudo, a juntada de documentos em momento posterior, quando se tratar de documentos novos, nos termos do art. 397 do CPC:

Art. 397. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

Ocorre que, de acordo com a decisão proferida em Audiência, por meio da qual indeferiu a juntada dos referidos documentos, revelou que o indeferimento se dava pelo fato de que "a juntada da prova documental a qualquer tempo, segundo o artigo 397 do CPC, só é lícita quando se tratar de documentos novos, assim entendidos pelo próprio código quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos. Por fim a demanda em questão deve ser analisada e decidida segundo a relação negocial tratada entre as partes e apenas esta e não das partes por terceiro."



679

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Como se pode depreender, os documentos que se pretendia apresentar não guardavam relação com a presente lide, mas com outra relação contratual mantida com terceiros, que não podem ser tomadas como exemplo para o julgamento desta ação.

Ademais, acerca da intempestividade de apresentação dos documentos, Nesse sentido, diversos são os precedentes deste colegiado:

APELAÇÃO CÍVEL. USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL URBANO. AGRAVO RETIDO. JUNTADA DE DOCUMENTOS. AUDIÊNCIA. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. O momento processual adequado para juntada de documentos pelo réu é juntamente com a apresentação da defesa, sendo que, eventuais documentos novos, excepcionalmente, podem ser colacionados posteriormente. Inteligência do art. 397 do CPC. Na hipótese, entretanto, os documentos pretendidos acostar em sede de audiência de instrução eram antigos e se referiam a fatos pretéritos, não se justificando a excepcionalidade da juntada posterior. Agravo retido improvido. (...). Sentença confirmada. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70038457529, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Julgado em 14/06/2012). Grifei.

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE COBRANÇA. JUNTADA DE DOCUMENTO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO



680

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

RETIDO PROVIDO. DICÇÃO DO
ARTIGO 396 DO CPC. (...). DERAM PROVIMENTO AO
AGRAVO RETIDO E NEGARAM PROVIMENTO AO
APELO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70023124738, Sexta
Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís
Augusto Coelho Braga, Julgado em 13/05/2010). Grifei.

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. 1.
AGRAVO RETIDO. 1.1. JUNTADA DE DOCUMENTOS
QUANDO DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE
INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. DA DICÇÃO DO
ART.396 DO CPC., AFERE-SE QUE A JUNTADA DE
DOCUMENTOS, QUE NÃO NOVOS, DEVE SE DAR
CONCOMITANTEMENTE À APRESENTAÇÃO DA
CONTESTAÇÃO, DE SORTE QUE EXTEMPORÂNEA A
COLAÇÃO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E MAIS
AINDA NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ADESIVO.
(...). AGRAVO RETIDO CONHECIDO E DESPROVIDO.
RECURSO DE APELAÇÃO DAS AUTORAS
DESPROVIDO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE
PASSIVA DA COMPANHIA ZAFFARI REPELIDA E
RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO. RECURSO
ADESIVO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº
70026339507, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS,
Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 11/03/2010).
Grifei.

Outrossim, decerto que o juiz é o destinatário final da prova, na forma
do artigo 130 do CPC. Vejamos:



681

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Art. 130. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Assim sendo, considerando que os documentos que se pretendia acostar, além de não serem novos, não detinham relação com o caso dos autos, não vejo como reconhecer o cerceamento do direito de defesa da Apelante, por não vislumbrar como poderiam modificar o rumo da lide.

Pelo exposto, rejeito a preliminar suscitada.

É como Voto.

Recife, 18 de  de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Revisor



682

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 329941-4.

COMARCA: Ipojuca/PE - Vara da Fazenda Pública.

APELANTE: New Energy Options Geração de Energia S/A

APELADO: Suata Serviço Unificado de Armazenagem S/A

REVISOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO DE MÉRITO

Dentro desse contexto, observo que o Magistrado *a quo* debruçou-se de maneira exemplar sobre o caso dos autos, analisando todas as provas nele contidas, bem como se atentando às minúcias que o caso comporta.

O fato é que, como toda a negociação foi feita por e-mail, os quais foram acostados pelas partes às fls. 113/119, como forma de comprovação dos termos em que o contrato foi pactuado, devemos nos ater não só ao que está escrito, mas a real intenção das partes ao dispor de determinados pontos para a realização do negócio jurídico, de forma a interpretar seus termos sistematicamente.

Dito isso, de acordo com o que nos autos consta, verifico que o primeiro contato entre as partes e que envolve o objeto da presente lide, tratou-se de um pedido de orçamento da Apelante (fl. 113) para a armazenagem de 10 containers, obtendo como resposta o valor de R\$ 97.215,00 (noventa e sete mil duzentos e quinze reais), constando, ainda, a seguinte informação: "*Falta calcular ad valorem*", concernente, justamente, ao CIF (seguro + frete), baseado no valor da mercadoria a ser armazenada.



683

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Ocorre que a negociação avançou e novos valores foram firmados e, conforme atesto às fls. 116, a negociação foi fechada em R\$ 67.715,00 (sessenta e sete mil setecentos e quinze reais), sem haver menção ao cálculo do CIF, tal como ocorreu no e-mail originário. Daí advém o presente imbróglio! Haveria, ou não, a previsão do CIF, correspondente ao seguro sobre as mercadorias, acrescido do frete?

Entendo que sim! Isto porque, em que pese o segundo e-mail não tenha sido acompanhado da mesma observação ("*falta calcular ad valorem*"), tratou-se apenas da negociação envolvendo os valores concernentes ao desembarque da mercadoria e armazenamento em resposta ao primeiro e-mail, o qual previa, justamente, a pendência de cálculo do CIF. E a Apelante tinha pleno conhecimento a esse respeito.

Como prova disso, basta analisar novas correspondências eletrônicas, acostadas pela própria Autora, ora Apelante, às fls. 284/286, onde se discute, tão somente, avarias causadas em três pás eólicas, havendo informação, inclusive, de que algumas dessas pás estariam sujeitas à indenização securitária.

Ora, como se submeteriam a tal indenização se o CIF não tivesse sido contratado?

Demais disso, nesses mesmos e-mails, já se sabia que o débito atingia mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) na época, não havendo qualquer discussão envolvendo a cobrança do CIF.

Outrossim, a Proposta de Prestação de Serviços, também pela Apelante acostado às fls. 224, prevê a cobrança do CIF sobre o valor das mercadorias, como se depreende por meio do item 2 - CARGA SOLTA (DESOVA - CONTAINERS ARMAZENAMENTO COBERTO).

Diante disso, não vislumbro como a Apelante possa supor que não contratou, ou não tinha conhecimento da inserção do CIF, diante de todas



684

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

essas evidências, de modo que a caução prestada pela Apelante para a liberação das mercadorias pela Apelada em caráter cautelar deverá ser liberada em favor desta, conforme determinou o juiz de piso, sem prejuízo de execução do saldo remanescente.

No que concerne ao pedido de danos morais, não vejo como os atos perpetrados pela Apelada tenham o condão de ensejá-los em seu desfavor, notadamente se mostrar legítima a retenção das mercadorias pela falta de pagamento dos valores contratados, bem como por ausência de prova cabal de que teria sofrido tal dano, pelo que corroboro com o posicionamento do juiz de piso.

No que tange à condenação por litigância de má-fé, importante destacar que o artigo 17 do Código de Processo Civil, prescreve que, "*reputa-se litigante de má-fé aquele que: I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; II - alterar a verdade dos fatos; III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo*".

A propósito, Celso Agrícola Barbi ensina que "*a idéia comum de conduta de má-fé supõe um elemento subjetivo, a intenção malévola. Essa idéia é, em princípio, adotada pelo direito processual, de modo que só se pune a conduta lesiva quando inspirada na intenção de prejudicar*" (Comentários ao Código de Processo Civil, I/83).

Sobre o mesmo tema, Humberto Theodoro Júnior assinala que, "*para os fins do artigo 17, é preciso que o litigante adote intencionalmente conduta maliciosa e desleal*" (Código de Processo Civil Anotado, p. 13).

Verifica-se que tal orientação é seguida pelos Tribunais do País, ao assentarem que: "*para que o litígio seja de má-fé é indispensável a prova, extreme de dúvida de qualquer das hipóteses do artigo 17 do CPC*" (Adcoas, 1987, nº 115.339).



685

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

"Não se pode reputar de má-fé, mesmo porque a presunção é em sentido contrário, quanto àquele que procura resolver em juízo uma controvérsia, ou quem exerce o direito subjetivo de defesa. Presume-se que os litigantes estejam sempre de boa-fé, não obstante erros palmares, segundo o entendimento de quem julga. Incide a regra quando ocorre na dedução de pretensão manifesta e dolosa intenção de prejudicar, ou causar dano e por igual na defesa. A falsa ou errônea interpretação do fato ou do direito é da contingência humana. Se assim não fosse, num mundo de perfeição, desnecessária a função estatal de aplicar a lei aos casos concretos" (Apelação Cível nº 2138444 - 1º TACivSP, rel. Juiz Bandeira de Mello, Jurisprudência Informatizada Saraiva, CdRom nº 15).

"Só há litigância de má-fé quando comprovado dolo processual, resistência completamente injustificada, intenção malévola. Alegações e resistência, mesmo desarrazoadas, mas dentro do princípio do contraditório, não constituem litigância de má-fé" (Agravo de Instrumento nº 10297 - TASC, rel. Des. Amaral e Silva, Jurisprudência Informatizada Saraiva, CdRom nº 15).

Assim sendo, no caso em análise, não vislumbro dolo processual apto a ensejar uma litigância de má-fé, sendo que os atos praticados pelo apelante enquadram-se no regular exercício do direito de defesa de seus interesses, que considera legítimos, não estando evidenciado qualquer propósito de prejudicar o andamento do feito ou o direito da apelada estar em Juízo, não estando atingida a dignidade da Justiça.

9



686

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Já quanto ao pedido de redução da condenação em honorários advocatícios, fixados pelos juiz de piso em 15% (quinze por cento) sobre o valor correspondente à cautelar preparatória e a ação principal, entendo exacerbado, notadamente porque à Medida Cautelar foi atribuído o valor de R\$ 314.775,00 (trezentos e quatorze mil setecentos e setenta e cinco reais) a título meramente fiscal, de forma que os honorários sucumbenciais não devem ser fixados em percentual baseados em tal monta, mas em *quantum* fixado com base no §4º do artigo 20 do CPC.

Assim sendo, considerando o trabalho desempenhado pelo causídico da parte Apelada, bem como a complexidade da causa, entendo que o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a ação cautelar, mostra-se adequado à hipótese.

No que tange à Ação Principal, por sua vez, observando os critérios subjetivos estipulados pelas alíneas "a", "b" e "c" do §3º do artigo 20 do CPC, entendo como plausível a manutenção dos honorários advocatícios sucumbenciais à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Pelo exposto, **dou parcial provimento** ao presente apelo, pelo que reformo a sentença de mérito para fins de desconsiderar a litigância de má-fé pela qual foi condenada a Apelante, bem como reduzir os honorários advocatícios sucumbenciais referentes à Ação Cautelar Preparatória para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e para a ação principal, reduzi-lo para 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, mantendo-se, no mais, a sentença incólume em seus demais termos.

É como Voto.

Recife, 18 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Revisor